

11/11/2019

PLENÁRIO

SEGUNDO AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
5.681 ESPÍRITO SANTO

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : LUIZ CARLOS DE SOUZA
ADV.(A/S) : GENILDA BRANDÃO DE SOUZA

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. REQUERIMENTO DE INGRESSO COMO AMICUS CURIAE. INDEFERIMENTO: FALTA DE REPRESENTATIVIDADE. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Virtual do Plenário, na conformidade da ata de julgamento, por unanimidade, **em negar provimento ao agravo regimental**, nos termos do voto da Relatora. Sessão de 1º.11.2019 a 8.11.2019.

Brasília, 11 de novembro de 2019.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora

11/11/2019

PLENÁRIO

**SEGUNDO AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
5.681 ESPÍRITO SANTO**

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
AGTE.(S) : LUIZ CARLOS DE SOUZA
ADV.(A/S) : GENILDA BRANDÃO DE SOUZA

RELATÓRIO

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Relatora):

1. Agravo regimental contra decisão de 3.5.2019 pela qual indeferi o requerimento de ingresso de Luiz Carlos de Souza na ação direta de inconstitucionalidade como *amicus curiae* nos termos seguintes:

“Associação dos Candidatos Aprovados no Concurso de Cartório do Espírito Santo e Luiz Carlos de Souza requereram ingresso na ação direta de inconstitucionalidade como amici curiae.

Deferi o prazo de quarenta e oito horas para Associação dos Candidatos Aprovados no Concurso de Cartório do Espírito Santo regularizar a representação processual com a juntada de cópia do ato constitutivo e de procuração com poderes específicos aos advogados subscritores para atuação na espécie, providência atendida pela Petição/STF n. 64.907/2018.

2. Reconhecidas a relevância da matéria e a representatividade do postulante, admito o ingresso de Associação dos Candidatos Aprovados no Concurso de Cartório do Espírito Santo na presente ação direta de inconstitucionalidade como amicus curiae (§ 2º do art. 7º da Lei n. 9.868/1999).

Indefiro o requerimento de Luiz Carlos de Souza, por ser terceiro interessado no feito, carecendo de representatividade adequada para manifestação sobre a questão de direito subjacente à controvérsia constitucional.

3. À Secretaria Judiciária deste Supremo Tribunal para inclusão do nome de Associação dos Candidatos Aprovados no Concurso de

ADI 5681 AGR-SEGUNDO / ES

Cartório do Espírito Santo como amicus curiae e do representante legal”.

2. Em 19.6.2019, Luiz Carlos de Souza interpôs o presente agravo regimental argumentando que *“no presente caso merece a intervenção do Agravante como amicus curiae pois há questão do ponto de vista social, pois o Agravante foi aprovado no concurso público e já iniciou seu exercício na data de 31/05/2019, como também diversos outros candidatos que já iniciaram o exercício das serventias extrajudiciais que são objeto da presente ADI”.*

Pede o provimento do recurso *“para que o Agravante ingresse no feito como Amicus Curiae, conforme previsto no Art. 138 do NCPC”.*

É o relatório.

11/11/2019

PLENÁRIO

SEGUNDO AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
5.681 ESPÍRITO SANTO

VOTO

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Relatora):

1. Razão jurídica não assiste ao agravante.

2. É atribuição do Relator, nos termos do § 2º do art. 7º da Lei n. 9.868/1998, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, admitir a manifestação de órgãos ou entidades.

A jurisprudência deste Supremo Tribunal é firme no sentido de que *“o relator, no exercício de seus poderes, pode admitir o amigo da corte ou não, observando o preenchimento dos critérios legais e jurisprudenciais e, ainda, sua capacidade de efetivamente contribuir para a pluralização do debate”* (ADI n. 5.591-ED-AgR/SP, Relator o Ministro Dias Toffoli, DJe 7.10.2018).

Na espécie, o agravante, pessoa física interessada no resultado do julgamento, não tem representatividade a justificar o ingresso no feito.

Confirmam-se os precedentes:

“CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AMICUS CURIAE. PEDIDO DE HABILITAÇÃO NÃO APRECIADO ANTES DO JULGAMENTO. AUSÊNCIA DE NULIDADE NO ACÓRDÃO RECORRIDO. NATUREZA INSTRUTÓRIA DA PARTICIPAÇÃO DE AMICUS CURIAE, CUJA EVENTUAL DISPENSA NÃO ACARRETA PREJUÍZO AO POSTULANTE, NEM LHE DÁ DIREITO A RECURSO. 1. O amicus curiae é um colaborador da Justiça que, embora possa deter algum interesse no desfecho da demanda, não se vincula processualmente ao resultado do seu julgamento. É que sua participação no processo ocorre e se

ADI 5681 AGR-SEGUNDO / ES

justifica, não como defensor de interesses próprios, mas como agente habilitado a agregar subsídios que possam contribuir para a qualificação da decisão a ser tomada pelo Tribunal. A presença de amicus curiae no processo se dá, portanto, em benefício da jurisdição, não configurando, conseqüentemente, um direito subjetivo processual do interessado. 2. A participação do amicus curiae em ações diretas de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal possui, nos termos da disciplina legal e regimental hoje vigentes, natureza predominantemente instrutória, a ser deferida segundo juízo do Relator. A decisão que recusa pedido de habilitação de amicus curiae não compromete qualquer direito subjetivo, nem acarreta qualquer espécie de prejuízo ou de sucumbência ao requerente, circunstância por si só suficiente para justificar a jurisprudência do Tribunal, que nega legitimidade recursal ao preterido. 3. Embargos de declaração não conhecidos” (ADI n. 3.460-ED/DF, Relator o Ministro Teori Zavascki, DJe 12.8.2015).

“PROCESSO OBJETIVO – INTERVENÇÃO DE TERCEIRO – EXCEÇÃO. A intervenção de terceiro em processo objetivo encerra exceção, pressupondo quadro a revelar interesse potencializado” (ADI n. 4.885-ED-AgR/DF, Relator o Ministro Marco Aurélio, DJe 15.5.2019).

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – PEDIDO DE INTERVENÇÃO, COMO ‘AMICUS CURIAE’, DO BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A – INDEFERIMENTO – IMPOSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO DE DIREITOS, INTERESSES E SITUAÇÕES INDIVIDUAIS EM SEDE DE CONTROLE NORMATIVO ABSTRATO – INOBSERVÂNCIA DA ‘ADEQUACY OF REPRESENTATION’ – PARECER DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA PELO NÃO PROVIMENTO DO RECURSO – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO” (ADI n. 5.022-AgR/RO, Relator o Ministro Celso de Mello, DJe 9.3.2015).

“AGRAVO REGIMENTAL NA AÇÃO DIRETA DE

ADI 5681 AGR-SEGUNDO / ES

INCONSTITUCIONALIDADE. PEDIDO DE INGRESSO NO FEITO NA QUALIDADE DE AMICUS CURIAE. INDEFERIMENTO. AUSÊNCIA DE REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA. AGRAVO DESPROVIDO. 1. Compete ao relator admitir ou não pedido de manifestação de terceiros, na qualidade de amici curiae, nas ações de controle concentrado de constitucionalidade, tendo como norte a relevância da matéria e a representatividade adequada dos postulantes (artigo 7º, § 2º, da Lei Federal 9.868/1999 e artigo 138, caput, do Código de Processo Civil), bem como a conveniência para a instrução da causa e a duração razoável do processo (artigo 5º, LXXVIII, da Constituição Federal). 2. In casu, a agravante tem por finalidade a representação de carreira jurídica, não possuindo aderência específica no segmento de planos de saúde, capaz de legitimá-la como expert técnica no setor, condição desejável para a atuação como amigo da Corte. 3. O amicus curiae não é parte, de forma que não deve ser admitido em processos de controle concentrado de constitucionalidade para sustentar argumentos meramente jurídicos. 4. Agravo desprovido” (ADI n. 5.086-AgR/DF, Relator o Ministro Luiz Fux, DJe 13.6.2018).

3. Pelo exposto, nego provimento ao agravo regimental.

PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

SEGUNDO AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.681

PROCED. : ESPÍRITO SANTO

RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA

AGTE.(S) : LUIZ CARLOS DE SOUZA

ADV.(A/S) : GENILDA BRANDÃO DE SOUZA (199007/RJ)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Relatora. Plenário, Sessão Virtual de 1.11.2019 a 8.11.2019.

Composição: Ministros Dias Toffoli (Presidente), Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Luiz Fux, Rosa Weber, Roberto Barroso, Edson Fachin e Alexandre de Moraes.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Assessora-Chefe do Plenário